

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE - CEPRAM

No dia 15 de junho de 2018 ocorreu a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia - FECOMÉRCIO. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: 1. Análise da minuta da ata da 393ª Reunião Ordinária realizada no dia 29.09.2017; 2. Apresentação dos processos apreciados nas 23ª e 24ª Reuniões da CT Recursal, realizadas em 10/11/2017 e 20/04/2018; 3. Aprovação da minuta do Edital de convocação para o Processo de Eleição das representações da sociedade civil e do setor empresarial no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, biênio 2018/2020; 4. Análise do processo nº 1420170001934 - que trata de proposta de Resolução do CEPRAM sobre Educação Ambiental na regulação.

Mariana Mascarenhas (SECEX/SEMA) iniciou a reunião agradecendo a FECOMÉRCIO por ceder o espaço para essa reunião do Conselho e justificou a ausência do Secretário Geraldo Reis (SEMA) e informou que ela e Márcia Telles (INEMA) conduziriam a reunião. Mariana Mascarenhas esclareceu que a pauta dessa reunião é, praticamente, idêntica a da reunião passada porque não houve *quórum* após a apresentação ocorrida na reunião anterior. Explicou que, naquela ocasião, foi encaminhado que a SECEX verificasse as ausências e aplicasse o Regimento Interno no que se refere às ausências sem justificativas. Conforme essa normativa do CEPRAM, a primeira medida, após 03 (três) faltas consecutivas e injustificadas de titulares e suplentes, é a suspensão do direito de voto da instituição do assento por 06 (seis) meses. Diante disso, a SECEX notificou a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, o Ministério do Meio Ambiente - MMA, a União das Prefeituras da Bahia - UPB e a Assembléia Legislativa da Bahia - ALBA de que teriam o seu direito a voto cassado por 06 (seis) meses. Após essa comunicação a SEAGRI enviou um ofício fazendo a substituição dos seus representantes tanto da plenária do CEPRAM, quanto das Câmaras Técnicas e pediu que a plenária reconsiderasse a cassação do direito de voto. Wal Goullart (UPB) também solicitou reconsideração em relação às faltas recorrentes da UPB justificando que houve muitas alterações internas à UPB com mudança de presidência e de muitos dos prefeitos que eram titulares neste Conselho e que deixaram de ser prefeitos na última eleição. Mariana Mascarenhas explicou que o regimento prevê a suspensão do direito de voto, o regimento não prevê o caso de um pedido de reconsideração, assim isso entraria como casos omissos que são decididos pela plenária, razão para esse assunto ter entrado em pauta. Após debate com diversas ponderações a plenária decidiu unanimemente devolver o direito ao voto para a SEAGRI e para a UPB com a condição de que não poderiam mais se ausentar em nenhuma reunião até o final dessa gestão. Em seguida foi aprovada a ata da 393ª Reunião Ordinária do CEPRAM. Na

8 sequência foram analisados os processos de recursos administrativos vindos da Câmara  
9 Técnica Recursal sob rito sumário e manifestação de destaque daqueles que gerassem  
0 qualquer tipo de questionamento: **Processo 2010-016811/TEC/AIMU-0647 - MUNICÍPIO**  
1 **DE DÁRIO MEIRA/PREFEITURA MUNICIPAL.** Auto de Infração de Multa no valor de  
2 R\$20.000,00 no município de Dário Meira por ocupação de Área de Preservação  
3 Permanente - APP. O requerente solicitou a anulação do Auto de Infração de Multa ou  
4 conversão em advertência. O relator foi Ruy Argeu Andrade (SINDICOM – BA). A Câmara  
5 Técnica não teve consenso no voto, porém a plenária decidiu pela manutenção da  
6 penalidade; **Processo 2009-017284/TEC/AIAD-0139 – CODEVASF.** Auto de Infração de  
7 Advertência no município de Canarana por implantar rede coletora de esgoto no leito de rio  
8 intermitente. O requerente solicitou o indeferimento da homologação da penalidade de  
9 advertência. A relatora foi Leila Oliveira (FAEB), a Câmara Técnica decidiu pela manutenção  
0 da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2004-005143/TEC/AIAD-0385**  
1 **- JOSE OSMAR FERNANDES MAIA.** Auto de Infração de Advertência no município de  
2 Formosa do Rio Preto por operar empreendimento cerâmico sem licença ambiental. O  
3 requerente informou a regularização do empreendimento. A relatora foi Leila Oliveira, a  
4 Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal  
5 decisão. **Processo 2011-025923/TEC/AIMU-0599 - OXIDAVILA TRANSPORTE LTDA.**  
6 Auto de Infração de Multa no valor de R\$5.000,00 no município de São Francisco do Conde  
7 por transportar produto perigoso sem licença ambiental. O requerente solicitou recurso com  
8 efeito suspensivo e deferimento ou conversão em advertência ou conversão em prestação  
9 de serviços de preservação ambiental. O relator foi Ruy Argeu que solicitou a conversão da  
0 multa em advertência, porém não teve consenso na Câmara Técnica. A plenária decidiu  
1 diligenciar o processo para verificação da legislação à época. **Processo 2011-**  
2 **021077/TEC/AIMU-0490 - COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTADORA**  
3 **OÁSIS LTDA – COMBUSTRANS.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 2.000,00 no  
4 município de Paulo Afonso por operar sem a licença ambiental. O requerente solicitou  
5 provimento ao recurso e cancelamento da multa. A relatora foi Lucidalva Nogueira  
6 (PRISMA), a Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária  
7 referendou tal decisão. **Processo 2008-000681/TEC/AIMU-0048 - AMBIENTAL SERVIÇOS**  
8 **TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 50.000,00  
9 no município de Candeias por degradação ambiental consequência de lavra danosa ao meio  
0 ambiente por não considerar os devidos critérios técnicos. O requerente solicitou anulação  
1 do Auto de Infração de Multa ou Redução com Celebração de Termo de Compromisso. A  
2 relatora foi Leila Oliveira, a Câmara Técnica decidiu por unanimidade pela manutenção com  
3 redução da multa, porém na plenária foi aprovada a anulação da multa. **Processo 2009-**  
4 **025981/TEC/AIAD-225 - CONSÓRCIO MENDES JUNIOR – AZEVEDO E TRAVASSOS.**

5 Auto de Infração de Advertência no município de Ipiau por operação sem devida licença. O  
6 requerente solicitou Anulação do Auto de Infração de advertência. O relator foi Ruy Argeu, a  
7 Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal  
8 decisão. **Processo: 2007-008683/TEC/AIMU-0484 - SATIVA ENGENHARIA LTDA.** Auto de  
9 Infração de multa no valor de R\$15.000,00 no município de Salvador por provocar erosão,  
0 assoreamento e aterro de vegetação. O requerente solicitou o provimento ao recurso e  
1 anulação da multa, julgada improcedente a autuação ou que seja reduzido o valor da multa.  
2 O relator foi Daniel Barreto (GAMBA), a Câmara Técnica decidiu pela manutenção da  
3 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-015613/TEC/AIMU-0606 –**  
4 **COELBA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$20.000,00 no município de Feira de  
5 Santana por supressão vegetal sem autorização. O requerente provimento do recurso com a  
6 declaração de prescrição, anulação do auto de infração, julgado improcedente o auto de  
7 infração, redução do valor da multa para o mínimo previsto R\$39,71 ou resguardado o  
8 direito à celebração de Termo de Compromisso. O relator foi Argeu, a Câmara Técnica  
9 decidiu pela manutenção da penalidade e sugestão de celebração de termo de  
0 compromisso. **Processo 2007-000133/TEC/AIAD-0006 - BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.**  
1 Auto de Infração de advertência no município de Simões Filho por intervenção sem licença  
2 ambiental. O requerente solicitou o provimento do recurso, anulando-se todo o procedimento  
3 com a improcedência do auto de infração. O relator foi Ruy Argeu, a Câmara Técnica  
4 decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo**  
5 **2009-025556/TEC/AIIN-0143 - LWART LUBRIFICANTES DO NORDESTE LTDA.** Auto de  
6 Infração de Interdição Temporária no município de Feira de Santana por operar sem licença  
7 e lançamento de efluentes sem a devida autorização. O requerente solicitou o acolhimento  
8 do recurso com a reconsideração da interdição temporária. O relator foi Daniel Barreto, a  
9 Câmara Técnica decidiu pelo provimento do recurso e suspensão da interdição temporária  
0 do empreendimento e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-010966/TEC/AIIN-**  
1 **0144 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UTINGA.** Auto de Infração de Interdição Temporária  
2 no município de Utinga por retirada ilegal de areia. O requerente solicitou reconhecimento  
3 da prescrição intercorrente, deferimento de diligencia externa complementar, declaração de  
4 insubsistência do auto de infração ou diminuição da multa ou sua conversão em serviços de  
5 melhoria e recuperação ambiental. O relator foi Ruy Argeu, a Câmara Técnica decidiu pela  
6 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo 2010-**  
7 **020536/TEC/AIMU-0739. MARCOS ANTÔNIO LOPES BARATA.** Auto de Infração de Multa  
8 no valor de R\$40.000,00 no município de Ibicoara por realização de obras potencialmente  
9 poluidoras em APP. O requerente alegou que a multa seria indevida. A relatora foi Leila  
0 Oliveira, a Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou  
1 tal decisão. **Processo 2010-014483/TEC/AIMU-0563 - PREFEITURA MUNICIPAL DE**

2 **CAMAMU.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$30.000,00 no município de Camamu por  
3 Construção de estrada com 07 km de extensão, destruindo floresta nativa de Mata Atlântica  
4 em APP sem licença ambiental. O requerente solicitou provimento do recurso com a  
5 declaração de insubsistente a penalidade de multa. A relatora foi Mariana Vidal (SEMA), a  
6 Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal  
7 decisão. Finalizado o julgamento dos processos de recursos foi feita a análise do edital do  
8 processo de eleição do CEPRAM, lembrando que o documento foi enviado para todos com  
9 a convocatória, reforçando que era uma versão diferente da enviada para a reunião anterior.  
0 Sérgio Bastos (SINPEQ) sugeriu que o mandato dos conselheiros do CEPRAM fosse  
1 reconduzido e Leila Oliveira lembrou que é necessário haver uma justificativa para uma  
2 recondução. Representações da Sociedade Civil explicaram que não há interesse desse  
3 segmento em reconduzir esses membros devido ao grande número de vacâncias e ao fato  
4 de não terem consultado suas bases sobre essa possibilidade. Diante desse argumento,  
5 Mariana deu prosseguimento à análise do edital. Mariana esclareceu que no Art. 2º que se  
6 refere à divisão das vagas do setor empresarial, Leila Oliveira havia sugerido substituir o  
7 termo "*rural*" por "*agrosilvopastoril*", porém essa nomenclatura não pode ser substituída,  
8 visto que na lei trata como "*rural*". Informou, ainda, que foram retiradas todas as descrições  
9 que falavam sobre as vagas que são ocupadas por indicações das instituições, pois esse  
0 edital é para um processo eleitoral das vagas eletivas. Houve um pedido anterior, para que  
1 fosse feito uma previsão das vacâncias do processo eleitoral, entretanto a lei define essa  
2 distribuição de vagas não cabendo ao edital uma redistribuição. No item dos documentos  
3 necessários para a inscrição foi acordado alterar a redação para deixar mais claro que o  
4 estatuto e a ata devem ser devidamente registrados. Foi solicitado por Daniel Barreto que as  
5 instituições inscritas no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA  
6 recebessem carta registrada e correio eletrônico comunicando sobre o processo eleitoral.  
7 Foi solicitada alteração do cronograma eleitoral passando a data da assembleia do  
8 segmento empresarial para o dia 10/10/18 e no dia 17/10 as assembleias da sociedade civil  
9 (ONG's ambientalistas, Universidades e Sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos).  
0 Cronograma aprovado: Publicação de Edital - 21/06; Processo de Inscrição - 22/06 a 01/08;  
1 Análise das Inscrições - 02/08 a 15/08; Divulgação da Lista dos Habilitados -16/08; Prazo  
2 para Recurso/Impugnações - 17/08 a 24/08; Análise de Recursos -27/08 a 03/09;  
3 Divulgação da Lista Final de Habilitados - 04/09; Assembleia Eleitoral das Entidades  
4 Empresariais - 10/10; Assembleia Eleitoral dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais,  
5 Sindicato de Trabalhadores Urbanos e Universidades – 17/10; Assembleia Eleitoral das  
6 ONGs ambientalistas - 17/10; Posse dos Conselheiros e Conselheiras – a definir. Após as  
7 adequações o edital foi aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis, sem votos contrários e  
8 sem abstenções. Mariana seguiu para a análise da proposta de resolução de educação

9 ambiental e explicou que na última reunião o documento foi analisado por inteiro restando  
0 02 (dois) pontos para serem deliberados nessa reunião, visto que não houve *quórum* para  
1 deliberação. Ruy Argeu explicou que precisaria de um tempo maior para poder analisar o  
2 documento, pois verificou que há implicações em seu setor e precisará debater o assunto  
3 com suas bases. Dessa forma, pediu vista do processo. Mariana explicou que, de acordo  
4 com o Regimento, é preciso que o voto do pedido de vista seja encaminhado 15 (quinze)  
5 dias antes da reunião para que ele possa ser socializado com os demais conselheiros.  
6 Muitos conselheiros demonstraram desagrado com o pedido de vista diante da demora de  
7 deliberação dessa matéria, mas o pedido foi mantido e concedido. Após os pontos de pauta  
8 alguns conselheiros solicitaram fazer informes. Evilásio Fraga (FAEB) registrou que não tem  
9 recebido *e-mails* do CEPRAM, só sabe das reuniões por terceiros e isso está  
0 comprometendo a participação da entidade e do segmento. Mariana Mascarenhas solicitou  
1 que passe outro e-mail para encaminhar as convocatórias, pois já foi feita as checagens  
2 com o setor de Tecnologia da Informação e não foi identificado nada de errado. Renato  
3 Cunha (GAMBA) solicitou que o INEMA esclarecesse o Conselho sobre as causas e  
4 providências tomadas pelo INEMA quanto ao derramamento de óleo que aconteceu no final  
5 de semana passado na região de aratu e quanto a cratera que apareceu no município de  
6 Vera Cruz, Ilha de Itaparica. Marcos Machado (INEMA) explicou que ambos os casos estão  
7 sendo acompanhados pelo INEMA, as causas do derramamento de óleo ainda estão sendo  
8 investigados pela Petrobras e que o INEMA vem acompanhando os trabalhos de limpeza da  
9 região pela empresa e que solicitaram ampliação do raio dessa limpeza. Informou que esse  
0 óleo é bruto e foi expelido de um dos dutos da Petrobras, porém ainda não se sabe a causa  
1 do rompimento. De acordo com a Petrobras esse óleo é parafínico e, em contato com a  
2 água, ele se solidifica de forma que não foi observada pela equipe de fiscalização a  
3 existência de óleo em vegetação terrestre, aquática ou de manguezal. De qualquer forma  
4 houve o acidente e, após as análises devidas, poderão fixar as medidas administrativas e  
5 sanções à empresa. Márcia Telles complementou que o derramamento de óleo já se  
6 configura como uma infração, mas é preciso se ter maior clareza da extensão, do prejuízo e  
7 do dano para fixar o valor da multa. No que se refere à cratera em Vera Cruz, Márcia Telles  
8 informou que o plantão de emergência esteve no local logo depois do acontecido e já existia  
9 uma área isolada para evitar que pessoas se aproximassem, pois havia risco de novos  
0 deslizamentos. Explicou que na área há atividade licenciada de exploração de salgema pela  
1 preocupação de chegar alguma pessoa perto, está sendo feito uma investigação e o INEMA  
2 está acompanhando isso e na área existe exploração de salgema pela Dow Química.  
3 Informou que houve reunião do INEMA, Defesa Civil, Departamento Nacional de Produção  
4 Mineral – DNPM, Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, Prefeitura Municipal e  
5 a própria empresa e está sendo feita uma investigação que inclui estudos sismológicos para



6 verificar a estabilidade do solo em toda ilha com profissionais especializados.  
7 Ambientalmente o INEMA não pode dar um parecer, pois é necessária a conclusão desse  
8 estudo. João Lopes (ASSOCAFÉ) informou que há a perspectiva que as Procuradorias  
9 Jurídicas das autarquias estaduais sejam extintas e toda a demanda jurídica seja  
10 concentrada na Procuradoria Geral do Estado - PGE que já acumula um volume muito  
11 grande de processos. Diante dessa possibilidade, sugeriu que o CEPRAM aprove uma  
12 recomendação ao Governador para que a Procuradoria do INEMA não seja extinta nesse  
13 momento e a plenária concordou. Como encaminhamento, Sr. João Lopes e Maurício Paim  
14 (SECEX/SEMA) elaborarão o texto da recomendação que será assinada e encaminhada  
15 pelo Presidente do Conselho. Daniel Barreto falou que o conselheiro Martin Mayr  
16 (10ENVOLVIMENTO) não pode comparecer a reunião, entretanto havia encaminhado um  
17 documento solicitando esclarecimentos sobre a Licença Prévia (LP) dada ao Projeto Nasal-  
18 Bahia na região do Rio Arrojado, ao lado do município de Jaborandi, que já enfrenta sérios  
19 conflitos pelo uso da água. Segundo Martin, no dia 24 de novembro de 2017 solicitou, ao  
20 Secretário Geraldo Reis, informações sobre o processo de licenciamento ambiental desse  
21 projeto e, no dia 24 de janeiro de 2018, o Secretário respondeu que o processo havia sido  
22 arquivado a pedido do próprio empreendedor. Entretanto, no dia 27 de abril de 2018 o  
23 INEMA concedeu LP para o projeto, razão pela qual solicita esclarecimentos. Márcia Telles  
24 informou que o processo está disponível no SEIA para a consulta de qualquer cidadão e  
25 explicou que não poderia se manifestar sobre as informações fornecidas pelo Secretário  
26 porque não teve acesso a essa troca de comunicações. Sobre o processo arquivado e a LP  
27 concedida, esclareceu que são dois processos distintos e com projetos diferentes. O  
28 primeiro projeto tratava de gado confinado, indústria de processamento de leite e plantio  
29 numa área pertencente a outra empresa que havia dado concessão de uso de parte da terra  
30 para que a Agri Brasil instalasse tal empreendimento. Assim, a Agri Brasil precisaria ter  
31 também a concessão da outorga que já havia sido dada para a proprietária da terra em seu  
32 processo de licenciamento, visto que não haveria disponibilidade hídrica para novas  
33 outorgas naquela região. Como a concessão da outorga não foi dada a Agri Brasil foi  
34 necessário arquivar o primeiro processo e refazer o projeto para abertura de novo processo  
35 de licenciamento. No segundo momento a Agri Brasil apresentou projeto apenas para gado  
36 confinado e indústria de processamento de leite com a autorização da proprietária da terra  
37 para esse novo projeto. Portanto, foi firmado um contrato particular, transparente e legal,  
38 não houve nenhuma concessão de outorga superficial para a Agri Brasil, além da que a  
39 primeira empresa já tinha e nenhuma concessão de perfuração de poços ou de água  
40 subterrânea, o que foi feito foi se colocar em uma propriedade que já era da primeira e  
41 utilizar a área para o gado confinado e a indústria de processamento de leite, por isso que o

2 processo pode ser reaberto, porque o projeto já não era o mesmo projeto da Nasal. Sem  
3 mais nada a ser debatido Mariana encerrou a reunião.

4

5 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas *Mascarenhas*

6 **Conselheiros presentes:**

7 Márcia Telles - INEMA *Marcia*

8 Taís Barreira Nascimento Gouveia - SDE

9 Stenio Júnior – SEDUR

0 Rívia Mary de Barros – SESAB

1 Wal Goulart de Macedo Santana Junior - UPB

2 Jorge Emanuel Reis Cajazeiras - FIEB

3 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

4 Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ

5 Ruy Argeu do Amaral Andrade- SINDICOM

6 Mariene Salatiel Oliveira – CETREL S/A

7 Alessandra Cotrim Reis – AIBA

8 Leila Márcia oliveira – Sindicato Rural de Camacan

9 Evilásio da Silva Fraga – Sindicato de Produtores rurais de Ibicoara

0 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

1 Eduardo Henrique Rode – CREA

2 Roberta Casali Bahia Damis – OAB

3 Cláudio Antônio Carillo de Magalhães - COPIBA

4 Severino Soares Agra Filho – UFBA

5 Luiz Vitor Ernesto Marsala - CEPEDES

6 Ércio da Silva Araújo – Instituto Baleia Jubarte

7 Carlos Romero Oliveira de Carvalho – PRISMA

8 Daniel Barreto – GAMBA

9 Renato Cunha - GAMBA

0 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil

1 **Convidados:**

2 José Silva Costa – ARATU MINERAÇÃO

3 Maria Alice M. U. Cintra - GAMBA